

## Áreas protegidas vítimas da crise energética

Categories : [Marc Dourojeanni](#)

*"Queremos ter elementos para tomar uma decisão final, que será dos órgãos ambientais".* Esta é a justificativa do presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para defender a pesquisa hidro energética no interior de áreas naturais protegidas, conforme uma nova tentativa de mudança na lei poderia permitir. Estas áreas são estabelecidas para conservar a natureza e, portanto, não podem ser convertidas em canteiros de obras, nem ser inundadas ou alagadas. O que pode justificar gastar-se dinheiro em estudos que eventualmente demonstrem um potencial que não poderá ser explorado?

A resposta é óbvia. O próprio presidente da EPE responde quando diz *"Nosso pleito maior é poder estudar. Queremos ter elementos para tomar uma decisão final, que será dos próprios órgãos ambientais. Se você nem pode estudar algo, não pode saber os seus impactos"*. Ou seja, para esta empresa que em princípio deve respeitar a legislação nacional, as Unidades de Conservação, inclusive as de proteção integral podem ser alteradas e exploradas de forma direta. Dito de outro modo, tudo o que a Constituição e as leis dispõem, além de tudo o que os cientistas brasileiros e de todo o mundo dizem, é bobagem e nem merece ser contemplado na medida em que, segundo essa empresa, gerar energia é muito mais importante que proteger amostras dos ecossistemas, da biodiversidade ou que manter os serviços ambientais.

De outra parte a colocação de que *"a decisão final será dos próprios órgãos ambientais"* simplesmente confirma a má fé ou a ignorância vis a vis as Unidades de Conservação, pois, a decisão de se construir ou não uma obra não depende dos órgãos ambientais e sim da lei ou, eventualmente, de decisões adotadas pelo poder legislativo.

Lamentavelmente a história dá a razão ao presidente da [EPE](#). Desde a destruição do [Parque Nacional Sete Quedas](#), em 1982, devido à construção da barragem de Itaipu, são várias as unidades de conservação brasileiras que têm sido maltratadas e até cerceadas por obras energéticas, com a construção de barragens e seus lagos artificiais e por linhas de transmissão, dentre outras infraestruturas associadas. Um recente episódio foi a nova delimitação do [Parque Nacional da Amazônia](#), e de outras áreas protegidas para abrir espaço para a elaboração de estudos das [usinas de São Luís do Tapajós e Jatobá, que estão previstas no rio Tapajós, no Pará](#).

**Crise de curto prazo não pode destruir patrimônio natural perene**